

## Golpe de Estado: o caminho da direita no Brasil

*Maurício Ferreira Silva*

Cientista político. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos. Professor associado da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Atua na graduação e nos programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e Política Social e Território (POSTERR).

*Antônio Eduardo A. Oliveira*

Cientista político. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Professor adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Atua na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS).

### Resumo

A deposição de Dilma Rousseff em 2016 interrompeu um período de exercício político de governos progressistas e abriu espaço para a ascensão de governos conservadores, adeptos da ideologia político-econômica neoliberal e de premissas reacionárias em torno das questões sociais no Brasil. Este artigo tem o objetivo de mostrar que a ascensão desse segmento da direita política se deu através de um golpe de Estado, mesmo que tenha sido justificada através da lei de impeachment. Este processo, que interrompeu a normalidade democrática, proporcionou a instauração de um governo interino de perfil conservador e contribuiu para criar as condições políticas ao êxito eleitoral da extrema direita em 2018. A premissa de golpe de Estado se justifica a partir de dois movimentos interligados: a publicação feita pelo PMDB, que era presidido por Michel Temer, do manifesto “Uma Ponte para o Futuro”, que evidenciou a disposição pela troca de governo com a posterior implementação de uma agenda neoliberal e a votação de aceitação da denúncia na Câmara dos Deputados, que demonstrou, a partir das declarações dos votos, a não aderência dos parlamentares à tese do crime de responsabilidade.

**Palavras-chave:** Golpe de Estado; Neoliberalismo; Direita.

### COUP D'ÉTAT: THE RIGHT WAY IN BRAZIL

#### Abstract

Dilma Rousseff's deposition in 2016 interrupted a period of political exercise by progressive governments and opened the way for conservative governments to embrace neoliberal political-economic ideology and reactionary premises around social issues in Brazil. This article aims to show that the rise of this segment of the political right came through a coup, even though it was justified by the impeachment law. This process, which disrupted democratic normality, led to the establishment of a conservative interim government and helped to create the political conditions for the extreme right's electoral success in 2018. The coup d'état premise is based on two interconnected movements: PMDB's publication, which was chaired by Michel Temer, of the manifesto “A Bridge to the Future”, which evidenced the willingness to change government with the subsequent implementation of a neoliberal agenda and the vote of acceptance of the denunciation in the Chamber of Deputies, which demonstrated from the declarations of votes, the non-adherence of parliamentarians to the thesis of the crime of responsibility.

**Keywords:** Coup d'état; Neoliberalism; Right.

## Introdução

Durante muito tempo vigorou na América Latina a ideia de que um golpe de estado não seria mais possível na região depois do fim das ditaduras e da pretendida consolidação democrática a partir dos anos 1980, principalmente após a integração dos partidos de esquerda no sistema político institucional, incluindo a ocupação de governos. Nota-se atualmente, contudo, que tais preceitos precisam ser relativizados. Isso porque o regresso de segmentos do conservadorismo histórico à cena política através de mecanismos paralelos ao que prevê a competição democrática acende o alerta de revisão da literatura política que salientava a consolidação do Estado de Direito.

Iniciativas exitosas no sentido da substituição de governos por meio de mecanismos externos à arena democrática foram verificadas no Brasil, Paraguai e Honduras. Forças reacionárias atuaram e continuam atuando em outros países do continente, orientadas por premissas neocoloniais de estímulo à quebra da ordem política. Em linhas gerais possuem os objetivos de revisão de aspectos desenvolvimentistas implantados por governos progressistas e de retorno a um realinhamento econômico e político com os Estados Unidos. Pesa contra os interesses deste segmento o forte discurso que surgiu contra o

neoliberalismo a partir da década de 1990 e as políticas públicas de inclusão social.

Os golpes cumprem, assim, uma agenda de retomada do neoliberalismo, que se traduz na destruição da economia nacional, na promoção de intensivos ataques aos direitos populares e na prática aberta de rapina dos recursos econômicos e energéticos dos países. Neste sentido, por mais que existam motivações domésticas para os golpes de estado, em decorrência dos interesses e das correlações de forças entre as classes no interior dos países, o estímulo fundamental para a derrubada dos governos eleitos, mais uma vez, é imperialista.

No caso do Brasil, o golpe de 2016 interferiu numa agenda democrática que, mesmo restrita, limitada e marcada por problemas de representação política, garantia o exercício de formas de participação popular e programas sociais que beneficiavam setores mais pauperizados. Esta realidade está paulatinamente sendo substituída pelo ataque a direitos, por iniciativas de restrição à liberdade acadêmica e cultural, pela reestruturação das funções do Estado e pelo estímulo a premissas reacionárias em torno dos costumes.

Neste sentido, o presente artigo tem o objetivo de investigar o impacto do golpe de 2016 na realidade política e social do país.

Para tanto, está estruturado em três seções interligadas: a primeira aborda o golpe como instrumento de disputa com foco no determinante papel exercido pelo parlamento e pelo grupo político do vice-presidente na deposição de Dilma Rousseff. As duas últimas seções são dedicadas às consequências deste processo político a partir da materialização de pautas conservadoras nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

### **O golpe como estratégia de poder**

O Brasil integra o conjunto de países latino-americanos assolados pela implantação forçada de regimes políticos militares a partir da década de 1960. Abrigados sob o discurso de combate ao “risco comunista” durante a chamada guerra fria, lideranças militares e civis implantaram regimes de exceção que interromperam a ainda incipiente cultura democrática no continente. Essas elites nacionais, com o apoio logístico e ideológico norte-americano, promoveram golpes de estado que possibilitaram a imposição de nova ordem política que, no caso do Brasil, perdurou por mais de vinte anos.

Para as elites civis e militares que elaboravam o discurso para a classe média reproduzir, o Brasil tinha um destino histórico, era uma espécie de último ‘baluarte do Ocidente’, como queria o general Golbery do Couto e Silva, seja lá o que isso significasse realmente. O reformismo dos ‘demagogos’, como

eram nomeados trabalhistas e socialistas, era a porta de entrada para o totalitarismo comunista, cabendo ao Estado defender os valores ‘cristãos ocidentais’. É claro, também dar uma ajudinha para o capital multinacional, elo material do Brasil com o ‘Ocidente’ (NAPOLITANO, 2014, p. 48).

O regime autoritário se desenrolou tendo como norte a forte repressão política e o estímulo a um modelo de desenvolvimento dependente. O forte investimento público em infraestrutura, que impulsionou a indústria nacional, o desenvolvimento regional e o comércio internacional vigorou paralelamente ao aumento da concentração de renda, proporcionando, por sua vez, o significativo aumento das desigualdades sociais.

O esgotamento do modelo econômico, atrelado ao desgaste político do regime oriundo dos conflitos internos nas Forças Armadas e do aumento dos movimentos reivindicatórios por liberdades políticas, culminou numa conjuntura favorável à retomada da democracia, que se concretizou de forma paulatina, por etapas, a partir da efetivação da Lei de Anistia em 1979. Nesse sentido, as décadas de 1980 e 1990 constituem referências em termos de redemocratização no país, sobretudo a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988.

O retorno das disputas eleitorais cris-

talizou a polarização entre dois campos no contexto nacional, isso porque, com exceção do pleito de 1989, os demais apresentaram ampla disputa entre o campo liberal, capitaneado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o campo progressista, liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Enquanto o primeiro esteve à frente do Executivo nacional entre 1994 e 2001, o segundo ocupou a Presidência da República entre 2002 e 2015. E é exatamente no decorrer do segundo mandato de Dilma Rousseff que mais uma vez a normalidade democrática é interrompida. E mais uma vez, como veremos, através de um golpe. Tal premissa se evidencia, no nosso entendimento, a partir da análise do papel desempenhado pelo grupo político do vice-presidente da República e da votação de aceitação da denúncia e consequente abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados.

O processo de deposição de Rousseff tem seu foco no modelo desenvolvimentista de proteção social instaurado pelos governos progressistas após o “esgotamento” da fase neoliberal presente nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. O pacto estabelecido entre setores dos movimentos sociais e da burguesia industrial culminou em um modelo de intervenção pública de maior participação estatal, sobretudo no campo da assistência, da garantia de direitos e de investi-

mentos. Se por um lado os programas sociais estimularam a diminuição das desigualdades sociais, por outro cristalizaram os progressistas do ponto de vista da aceitação da opinião pública, garantindo quatro mandatos consecutivos.

Desde o início, Lula havia se comprometido a ajudar os pobres, de onde ele viera. Um acordo com os ricos e poderosos seria necessário, mas a miséria tinha que ser tratada de modo mais sério do que no passado [...] Lula lançou o programa que está agora indelevelmente associado a ele, o Bolsa Família [...] O custo efetivo do programa é uma ninharia, mas seu impacto político tem sido enorme. Não apenas porque tem ajudado, ainda que modestamente, a reduzir a pobreza e a estimular a demanda nas regiões mais carentes do país. Mas também devido à mensagem simbólica contida no programa: a de que o Estado se preocupa com as condições de todos os brasileiros, não importa o quão miseráveis ou oprimidos, como cidadãos com direitos sociais em seu país. A identificação popular de Lula com essa mudança tornou-se o mais inabalável de seus trunfos políticos (ANDERSON, 2011, p. 28-29).

A aliança gerada entre partidos e segmentos sociais a partir do capital político de Lula começa a sofrer percalços em função de conflitos internos nos grupos de apoio, por denúncias de corrupção – sobretudo da denominada “Operação Lava-Jato” –, pelos índices econômicos negativos, pelos desar-

ranjos estruturais orçamentários e, principalmente, pelas manifestações de rua de alguns movimentos sociais a partir de junho de 2013. Soma-se a isso o conflito advindo do triunfo eleitoral que garantiu a reeleição de Rousseff em 2014, já que a acirrada disputa estimulou contestações públicas de fraude eleitoral e processos jurídicos na justiça eleitoral por parte da coligação encabeçada por Aécio Neves. Esses elementos congregados serviram de munição à desestabilização do que Boito Jr. (2018) denomina como bloco de poder, ou seja, a aliança governista montada em torno do Partido dos Trabalhadores.

As teses em torno da efetiva participação do então vice-presidente na deposição de Rousseff extrapolam o campo das especulações quando se traz à tela o manifesto intitulado “Uma Ponte para o Futuro” (PMDB, 2015), publicado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), do qual Michel Temer era presidente nacional. Este documento aponta o descompasso existente entre boa parte do conjunto de medidas populares provenientes dos governos progressistas.

Todas as iniciativas aqui expostas constituem uma necessidade, e quase um consenso, no país. A inércia e a imobilidade política têm impedido que elas se concretizem. A presente crise fiscal e, principalmente econômica, com retração do PIB, alta inflação, juros

muito elevados, desemprego crescente, paralisação dos investimentos produtivos e a completa ausência de horizontes estão obrigando a sociedade a encarar de frente o seu destino (PMDB, 2015, p. 2).

Ora, o diagnóstico aponta para uma crise econômica oriunda dos governos dos quais o PMDB participou de alguma maneira, tendo seu ápice a partir de 2010 com a chegada de Temer à vice-presidência e a posterior reeleição, em 2014, na mesma chapa com Dilma Rousseff. O documento denota o entendimento de um grupo político supostamente externo ao governo. Nesta mesma perspectiva, indica como prognóstico à crise a formação de um pacto que agregue forças de campos políticos distintos para a “[...] formação de uma maioria política, mesmo que transitória ou circunstancial, capaz, de num prazo curto, produzir todas estas decisões na sociedade e no Congresso Nacional” (PMDB, 2015, p. 2). Em outras palavras, sugere a criação de uma maioria em oposição ao governo.

No âmbito da administração pública, o documento aponta mudanças na gestão fiscal. A denominada crise fiscal surge como resultado de iniciativas políticas equivocadas, ressaltando os gastos públicos com políticas sociais e a ausência de reformas estruturais, como a da previdência. O combate à crise fis-



cal passa por conter os gastos públicos que, segundo o manifesto, foram excessivos e desequilibrados. Esta batalha deve ser travada, como apontado, na reestruturação das diretrizes e na mudança legislativa através das indexações previstas na Constituição Federal.

Sem um ajuste de caráter permanente que sinalize um equilíbrio duradouro das contas públicas, a economia não vai retomar seu crescimento e a crise deve se agravar ainda mais [...] Para enfrentá-lo teremos que mudar leis e até mesmo normas constitucionais, sem o que a crise fiscal voltará sempre, e cada vez mais intratável, até chegarmos finalmente a uma espécie de colapso [...] Para isso é necessário em primeiro lugar acabar com as vinculações constitucionais estabelecidas, como no caso dos gastos com saúde e com educação [...] (PMDB, 2015, p. 5-9).

O fato de que o prognóstico aponta a mudança de governo como medida necessária ao enfrentamento da crise é emblemático. E isto se comprova a partir da exposição dos supostos excessos cometidos pelo Governo Federal, “[...]seja criando novos programas, seja ampliando os antigos, ou mesmo admitindo novos servidores ou assumindo investimentos acima da capacidade fiscal do Estado” (PMDB, 2015, p. 5). Logo, a solução não passa pela manutenção do governo, já que “a situação hoje poderia certamente estar menos crítica” (Idem). A deposição de Rous-

seff, a partir da formação dessa nova maioria, possibilitou o surgimento de um governo transitório sob comando de Temer a partir de 2016 e a garantia de pouco mais de dois anos para a aplicação das novas orientações.

Em outro sentido, naquilo que concerne à participação do parlamento no processo de impeachment, o próprio rito de votação na Câmara dos Deputados nos serve como indicativo do conluio estabelecido em torno dos acertos políticos para a deposição de Rousseff. Segundo as prerrogativas institucionais, esse rito prevê que a denúncia apresentada, após aceita pela presidência da casa, passe por apreciação do plenário. A manifestação dos parlamentares é livre e pública no sentido da justificativa de seus votos. A apuração das motivações, contudo, nos traz à tona, como demonstra o quadro abaixo, o fato de que uma minoria justificou seu voto a partir do objeto em pauta, ou seja, o crime de responsabilidade da presidente.

**Tabela 1: Motivação de voto e número de votantes**

| MOTIVAÇÃO DE VOTO                | NÚMERO DE VOTANTES/TOTAL | TOTAL EM PORCENTAGEM |
|----------------------------------|--------------------------|----------------------|
| PÁTRIA                           | 319/367                  | 86,9%                |
| FAMÍLIA                          | 155/367                  | 42,2%                |
| RELIGIÃO                         | 62/367                   | 16,9%                |
| CRIME DE RESPONSABILIDADE FISCAL | 30/367                   | 8,2%                 |

Fonte: SILVA; MARTINS; PASSOS, 2017, p. 16

Nota-se, a partir da tabela acima, que as motivações dos votos expressas pelos parlamentares que aceitaram a denúncia direcionam-se para linhas argumentativas distintas da que motivou o pedido de abertura de processo: o crime de responsabilidade. Nesse sentido, 86,9% das motivações citam fatores relacionados à Pátria (município, estado, região e país), enquanto 42,2% focam a família como motivação e 16,9% justificam seus votos entoando motivações de ordem religiosa. Com isso, apenas 8,2% dos parlamentares em algum momento afirmaram que votavam a favor da abertura de processo de impeachment por acreditar no cometimento de crime de responsabilidade por parte da presidente Dilma Rousseff. Fundamentar o posicionamento baseado em fatores externos ao objeto em apreciação denota motivações tendenciosas de cunho meramente político, contribuindo para evidenciar a premissa aqui apresentada da vertente legislativa do golpe de 2016.

O processo de impeachment que depôs Rousseff pauta-se em outra vertente denunciatória, a das chamadas “pedaladas fiscais” que, em linhas gerais, representam a utilização de empréstimos de bancos estatais para cobrir rombos das contas públicas [...] A análise dos discursos durante a votação na Câmara dos Deputados expôs a vertente ideológica que corroborou a tomada de decisão. O crime de responsabilidade, que determina o processo, foi

citado como motivo do voto por apenas 30 parlamentares. Ou seja, apenas 8,2% justificaram seus votos pautados no verdadeiro motivo da ação (SILVA; MARTINS; PASSOS, 2017, p. 23).

O que temos aqui é o que podemos definir como dupla exaustão. De um lado, o esgotamento da combinação política que permitiu a manutenção de uma estrutura governista progressista e, de outro, a supressão de um modelo econômico desenvolvimentista e o retorno a premissas neoliberais de uma parte do bloco de apoio. O fato de o golpe de 2016 apresentar uma forma parlamentar indica certa conjunção de fatores na correlação de forças, o que não significa que, em essência, o resultado da quebra da democracia seja diferente de outras formas de golpe. Da mesma maneira que não devemos reduzir as consequências do golpe de 1964 à queda de João Goulart, ignorando o sistema de exceção implantado a partir daí, é incorreto sintetizar os objetivos dos atores que atuaram pelo golpe de 2016 apenas à deposição de Dilma Rousseff. No nosso entendimento os propósitos são mais amplos. Trata-se, como podemos constatar a partir das medidas adotadas no governo interino de Michel Temer e no início do governo de Jair Bolsonaro, de proporcionar transformações estruturais neoliberais e reacionárias.

## O espólio do golpe: Governo Temer

As proposições em torno da mudança de rumo na condução política apresentadas no manifesto “Uma Ponte para o Futuro” (PMDB, 2015) convergem com as posteriores medidas restritivas, sobretudo em torno da questão fiscal, que marcaram o governo interino de Michel Temer. Neste sentido destacam-se a proposta de reforma da previdência, a reforma trabalhista e a medida de contenção de gastos públicos.

Já no início do governo, Temer enviou medida de reforma da previdência social ao Congresso Nacional através da Proposta de Emenda Constitucional 287 (PEC 287/2016). A proposta não conseguiu tramitar a contento no Legislativo por dois principais motivos: a crise política abrigada nas diversas denúncias de corrupção que alcançaram membros do alto escalão do governo, incluindo o próprio Temer, e a intervenção federal no estado do Rio de Janeiro que, por prerrogativas legais, impedia qualquer modificação constitucional. Apesar do fracasso no Legislativo, cabe destacar que as propostas inseridas na PEC, como a determinação de idade mínima e aumento do tempo de contribuição, estavam expostas no manifesto do PMDB e cumpriram o papel de abrir o debate nacional sobre o controle dos gastos públicos a partir da mudança de direitos sociais.

Diferentemente de quase todos os demais países do mundo, nós tornamos norma constitucional a maioria das regras de acesso e gozo dos benefícios previdenciários, tornando muito difícil a sua adaptação às mudanças demográficas. Nós deixamos de fazer as reformas necessárias decorrentes do envelhecimento da população nos anos 1990 e 2000, ao contrário de muitos países, e hoje pagamos o preço de uma grave crise fiscal [...] As causas destes problemas são simples: as pessoas estão vivendo mais e as taxas de novos entrantes na população ativa são cada vez menores. A solução parece simples, do ponto de vista puramente técnico: é preciso ampliar a idade mínima para a aposentadoria, de sorte que as pessoas passem mais tempo de suas vidas trabalhando e contribuindo, e menos tempo aposentados. Não é uma escolha, mas um ditame da evolução demográfica e do limite de impostos que a sociedade concorda em pagar (PMDB, 2015, p. 7-11).

Compondo o conjunto de propostas de mudanças estruturais, a reforma trabalhista foi apresentada através de projeto de lei em 2017, tendo sido transformada na lei nº 13.467/2017. O trâmite legislativo durou cerca de sete meses e marcou o empenho do governo em servir aos novos ditames do mercado de trabalho sob a ótica do empregador. Isto porque, em seu bojo, a nova lei prevê a flexibilização do contrato de trabalho e o enfraquecimento dos mecanismos de fiscalização e controle, sobretudo em torno do papel me-



diador exercido pela Justiça do Trabalho. A reforma ainda investe contra a organização sindical ao determinar que os acordos coletivos possam prevalecer sobre a legislação específica e ao retirar a obrigatoriedade da Contribuição Sindical. A nova postura do “capital produtivo” representado na lei abriga, ainda, uma maior permissibilidade à terceirização de setores antes protegidos pela legislação, o que contribui para a precarização do trabalho e consequente aumento da lucratividade do empregador.

Com o impeachment, diversos setores empresariais passaram a defender com maior ênfase uma pauta de flexibilização das relações de trabalho [...] Em síntese, a reforma provoca um processo de fragmentação da base de representação sindical, impõe uma pauta patronal para as negociações, esvazia o papel dos sindicatos em alguns aspectos, admite a negociação individual, o que impõe um imenso desafio aos sindicatos para enfrentar a nova realidade, desafio que somente poderá ser analisado no futuro [...] A contrarreforma reforça a ideia de que os interesses privados prevalecem sobre direitos consagrados e a própria noção de justiça, o que é visto, muitas vezes, como um sinal evidente da inadequação da legislação. A posição vencedora, de raiz liberal, tenta desqualificar as resistências ao processo de “modernização” guiado pelo mercado [...] (KREIN, 2018, p. 86-99).

Por fim, cabe referência àquilo que se

tornou, para muitos analistas, a essência da ação conservadora em favor do mercado encabeçada pelo governo transitório. A emenda constitucional nº 95 (EC 95/2016), oriunda do projeto de emenda constitucional nº 241 (PEC 241) garante alteração em preceitos constitucionais focados na área social. Assim, altera dispositivo constitucional que indexava o fundo público a investimentos na área de segurança pública, assistência social, saúde e educação, proporcionando, além do congelamento por vinte anos, alteração na forma de correção a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Para além das questões fiscais, o que se evidencia com a aprovação da EC 95/2016 é a bruta inversão de valores em torno das questões sociais estabelecidas na Constituição Federal para uma perspectiva mercadológica. Cria-se a noção de que as áreas de assistência social são responsáveis pelo desarranjo fiscal no país. Ao impor um novo comportamento para os gastos públicos, a nova lei reduz, como afirma Vazquez (2016, p. 7), “as possibilidades de atuação do Estado na área social. Trata-se de um duro golpe que quebra a espinha dorsal da Proteção Social no Brasil, estabelecida na Constituição de 1988 e ainda em consolidação”. Por se tratar de emenda constitucional, opera no sentido do estabelecimento de “freio” às pos-

síveis investidas de futuros governos no orçamento. Em outras palavras, o governo transitório, além de investir contra as políticas sociais, procura garantir que o retrocesso se mantenha numa eventual configuração governista de outro espectro político, sobretudo progressista.

### **A extrema-direita eleita: Governo Bolsonaro**

As iniciativas de reformas neoliberais se acentuaram no início do novo governo, desta feita sob um viés de maior conservadorismo. Definindo-se como “conservador liberal”, elegeu-se através de uma plataforma conservadora de confronto com diversas iniciativas políticas e econômicas encampadas pelos governos anteriores, sobretudo os petistas. Muitas dessas iniciativas foram embasadas pelo programa “O caminho da prosperidade: proposta de plano de governo” (BOLSONARO, 2018), divulgado pelo então candidato. O programa expõe a crença de que o país foi afetado nos últimos trinta anos pelo predomínio do “marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo”. Além disso, exalta o Liberalismo, premissa político-econômica que, segundo exposto, o Brasil jamais conheceu.

As economias de mercado são historicamente o maior instrumento de geração de renda, emprego, prosperidade e inclusão social. Graças ao Liberalismo,

bilhões de pessoas estão sendo salvas da miséria em todo o mundo. Mesmo assim, o Brasil NUNCA adotou em sua História Republicana os princípios liberais. Ideias obscuras, como o dirigismo, resultaram em inflação, recessão, desemprego e corrupção. O Liberalismo reduz a inflação, baixa os juros, eleva a confiança e os investimentos, gera crescimento, emprego e oportunidades (BOLSONARO, 2018, p. 13).

Os primeiros meses de governo ratificaram em boa medida o que se aventava no plano de governo. A promulgação da medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, está entre os primeiros atos do governo. Nela, Bolsonaro reestrutura o governo de acordo com as novas premissas: cria novos ministérios e oficializa fusões, extinções e transferências de órgãos. Nesta reestruturação administrativa duas pastas desaparecem: uma ligada à previdência social (seguindo o já estabelecido pelo seu antecessor) e a outra responsável pela condução da política de assistência social. A área da saúde permanece com ministério específico, entretanto, verifica-se nítida desestruturação da organização anterior, como o ataque à parceria brasileira com Cuba em torno do programa “Mais Médicos”, que gera natural e imediato prejuízo ao atendimento à população mais carente.

As investidas contra a estrutura de proteção social criada anteriormente culminaram com

a proposta de transferência da Fundação Nacional do Índio (Funai) do Ministério da Justiça para o recém-criado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, direcionando para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a responsabilidade pelas demarcações, delimitações e registros de terras indígenas. Em tramitação da MP no Congresso Nacional a Funai e suas atribuições foram realocadas no Ministério da Justiça, com a decisão sendo ratificada através da publicação da lei nº 13.844, de junho de 2019. Contudo, em nova investida, o governo publica nova medida provisória – nº 886, de 18 de junho de 2019 – direcionando a atribuição de demarcação, delimitação e registros para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Por fim, esta MP foi suspensa pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 24 de junho de 2019.

Ainda no âmbito da organização político-administrativa, cabe referência às seguintes modificações: os antigos ministérios do Desenvolvimento Social, da Cultura e do Esporte foram fundidos no Ministério da Cidadania; a pasta dos Direitos Humanos foi alocada no Ministério das Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos; o Ministério do Desenvolvimento Regional recebeu as pastas da Integração Nacional e das Cidades e, por fim, os ministérios da Justiça e da Segurança Pública foram fundidos. Constata-se que os temas

vinculados à proteção social deixaram de ter prerrogativa organizativa diferenciada, perdendo seu *status* anterior. É possível aferir que a gestão atual compreende a proteção social dentro de uma bolha de significado único, ignorando especificidades fundamentais de cada área.

Ao redimensionamento da estrutura administrativa agregaram-se iniciativas de austeridade junto às políticas sociais existentes e, dentro destas, a indicação da reforma da previdência como “carro chefe” do necessário equilíbrio econômico. Em pouco tempo e com o nítido objetivo de diálogo com a iniciativa privada, enviou proposta que altera significativamente as já precárias condições neste campo. Pode-se afirmar que esta é uma das mais graves ofensivas políticas nesse campo porque visa “mudar profundamente o sistema previdenciário brasileiro, segregando a Previdência do sistema de Seguridade Social. A mudança afetará o financiamento e o orçamento, tanto da Previdência, como da saúde e da assistência social” (ANDES, 2019).

Em suma, cabe ressaltar que governo Bolsonaro mantém ameaças e incertezas no campo das políticas sociais. Como tem sido indicado insistentemente, o projeto neoliberal no qual se filia pretende transferir o peso da crise nacional de acumulação para os ombros dos trabalhadores. Para isso, re-

toma mecanismos radicais de exclusão e de marginalização social, materializados em propostas que reduzem direitos (reforma da previdência e apoio ao teto de gastos com saúde e educação por vinte anos), ampliam a precarização e a flexibilização das relações de trabalho (reforma trabalhista e mudança nas regras de reajuste do salário mínimo) e induzem investimentos privados em setores estratégicos.

### **Considerações finais**

A crise política que desembocou no impedimento de Dilma Rousseff representou o dismantelamento do bloco de poder firmado entre o campo progressista e setores da burguesia interna. Isso proporcionou o surgimento de um novo bloco afinado com o modelo político-econômico neoliberal e com reformas estruturais de perfil reacionário. Nesse bloco incluem-se os governos de Michel Temer e de Jair Bolsonaro. Sob tal orientação ideológica, apresentaram o desmonte do Estado e a liquidação dos direitos sociais das camadas populares como aspectos positivos de uma “gestão austera e responsável”. Contudo, as medidas de contenção dos gastos públicos atingem de forma mais direta o seguimento mais vulnerável da população, como demonstra o impacto do contingenciamento de verbas para os programas sociais.

A deposição de Rousseff, contudo, foi

contraditória e evidentemente conduzida por interesses meramente políticos, o que coloca em questão a tese do crime de responsabilidade. O artigo tentou mostrar que o conteúdo do manifesto “Uma Ponte para o Futuro” já prenunciava as ações políticas e sugeria a mudança de governo. Além disso, a votação que ratificou a aceitação da denúncia na Câmara dos Deputados evidenciou, com base na declaração das motivações, que o crime de responsabilidade não subsidiou a decisão. Logo, a interrupção da normalidade democrática e a consequente ascensão de Temer ao Poder Executivo ocorreram como resultado de um golpe.

Por fim, cabe ressaltar que, apesar de todas as manipulações, fraudes e manobras políticas conduzidas durante o período relatado, a situação política não foi estabilizada. E isso, principalmente, em função das pautas reacionárias que confrontam conquistas sociais recentes, como os combates ao racismo e a LGBTfobia. Existe ainda a expectativa de que a sociedade conviva com incertezas em torno da política externa, que coloca em risco físico e econômico toda a população, como nos casos das violações da soberania de outros povos e de deliberações da ONU, da interferência em conflitos entre países com relação diplomática com o Brasil, da tentativa de revisão conceitual de acontecimentos históricos e da adesão exacerbada ao neocolonialismo estadunidense.

## Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. Revista Novos Estudos CEBRAP, ed. 91, v. 30, n. 3, nov-2011, p.23-52. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-91/>. Acesso em: 5 out. 2019.

ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Proposta de previdência destrói seguridade social e direito a aposentadoria. Brasília: 2019. Disponível em: [www.andes.org.br/conteudos/noticia/proposta-de-previdencia-destroi-seguridade-social-e-direito-a-aposentadoria1](http://www.andes.org.br/conteudos/noticia/proposta-de-previdencia-destroi-seguridade-social-e-direito-a-aposentadoria1). Acesso em: 22 set. 2019.

BOITO JR., Armando. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas; São Paulo: Ed. Unicamp; Ed. Unesp, 2018.

BOLSONARO, Jair. O caminho da prosperidade. Proposta de Plano de Governo. 2018. Disponível em: [https://br18.com.br/wp-content/uploads/sites/683/2018/08/PLANO\\_DE\\_GOVERNO\\_JAIR\\_BOLSONARO\\_2018.pdf](https://br18.com.br/wp-content/uploads/sites/683/2018/08/PLANO_DE_GOVERNO_JAIR_BOLSONARO_2018.pdf). Acesso em: 4 out. 2019.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: Consequências da reforma trabalhista. Tempo Social – Revista de Sociologia da USP, v. 30, n. 1, abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v30n1/1809-4554-ts-30-01-0077.pdf>. Acesso em: 5 out 2019.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro; Fundação Ulisses Guimarães. Uma ponte para o futuro. Brasília: 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019.

SILVA, Maurício Ferreira da; MARTINS, Thais Joi; PASSOS, Ana Quele da Silva. Processo legislativo, ideologia e conservadorismo no Brasil: o impeachment de Dilma Rousseff. 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP), Montevideo-Uruguai, 2017. Disponível em: <http://www.congressoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSVZPIjtzOjQ6IjIwMjIiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiMzkxOTc2NDZhYTRmZTNkNjZkMjk2OGFiNWY1NTM2OTIiO30%3D>. Acesso em: 5 out. 2019.

VAZQUEZ, Daniel Arias. O Plano Temer/ Meireles contra o povo: o desmonte social proposto pela PEC 241. Plataforma Política Social, 18 jul. 2016. Disponível em: <http://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2016/07/DesmonteSocialPlanoTemer.pdf>.



